

Nunca é demais falar sobre violência contra as mulheres

A luta é difícil, mas não assusta os movimentos feministas e os coletivos de mulheres, responsáveis pelos avanços até aqui. Mas ainda há um longo caminho para a igualdade de direitos

Na última segunda-feira (8/2), comemoramos o Dia Internacional da Mulher, que serve para lembrar a luta das mulheres pela igualdade de direitos. Apesar de alguns avanços importantes, é necessário reconhecer que há um longo caminho a ser percorrido. Dentre os problemas enfrentados pelas mulheres, a violência se destaca.

A violência tem feito parte da história e do cotidiano das mulheres brasileiras. Graças às lutas dos movimentos feministas e coletivos de mulheres, as práticas violentas vêm ganhando visibilidade nas últimas décadas. Denunciar e dar visibilidade à questão é o primeiro passo para cobrar das autoridades medidas para enfrentar o problema.

Um desses esforços é a elaboração do relatório [Visível e Invisível](#), que faz um balanço da vitimização das mulheres no Brasil. A última edição do relatório aponta um aumento da vitimização de mulheres entre 2017 e 2019. Quando questionadas sobre experiências de assédio e violências física e psicológica sofridas ao longo do último ano, a proporção de mulheres vitimadas se manteve estável, caindo de 28,6% em 2017 para 27,4% em 2019. O relatório apontou que em 2018, 16 milhões de mulheres brasileiras com 16 anos ou mais sofreram algum tipo de violência.

Em 2019, prevaleciam as ofensas verbais, reportadas 21,8% das mulheres, seguidas por um conjunto de agressões físicas que englobam bater, empurrar, chutar, jogar objetos, espancar, tentar estrangular, e que somadas atingiram 16,5% das mulheres. Casos de ameaça de agressão, incluindo ameaça com faca ou arma de fogo, e de amedrontamento e perseguição, atingiram 22,5% das mulheres, enquanto 1,7% foram vítimas de esfaqueamento ou tiro. Sinalizando a prevalência da arma de fogo como instrumento, vale indicar que a vitimização por tiro atingiu 0,9% das mulheres e a ameaça com arma de fogo ou faca, conjuntamente, 3,9%. Casos de ofensa sexual foram reportados por 8,9% das mulheres.

A vitimização prevalece entre as mais jovens, alcançando 42,6% das mulheres na faixa de 16 a 24 anos. Em relação à raça, a diferença é pequena, embora desponte maior vitimização entre as mulheres negras. Considerando o tipo de agressão, sobressai a vitimização da mulher negra por ofensa sexual (9,5%), especialmente se separadas as mulheres pretas (13,3%), enquanto para as brancas a proporção foi de 6,5%. Em relação ao estado civil, observa-se que as solteiras e divorciadas sofrem maior vitimização do que as casadas. E ainda as mulheres com maior escolaridade (ensino médio e superior) tendem a reportar vitimização superior.

Quando se observou o perfil do agressor, prevalece o padrão de pessoas conhecidas da vítima em sua grande maioria (76,4%). Esse percentual sobe para 80% nas mulheres com idades entre 25 e 44 anos. Dentre os agressores conhecidos, destacam-se o cônjuge, companheiro ou namorado (23,8%), o vizinho (21,1%) e o ex-cônjuge, ex-companheiro ou ex-namorado (15,2%). Familiares representam 14,6% dos agressores reportados.

O relatório também revela que a maioria das mulheres não toma atitude frente à violência sofrida (52%). Dentre as que buscaram algum tipo de ajuda, apenas 22,2% procuraram órgãos policiais, enquanto 29,6% procuraram ajuda na família, amigos e igreja. A Delegacia da Mulher, que oferece atendimento especializado às vítimas de violência, aparece como a principal instituição procurada (10,3%), seguida pelas delegacias comuns (8%), pela Polícia Militar, através do 190 (5,5%), e do Disque 180, que foi procurado em apenas 1% dos casos.

Por todo país, tem surgido projetos destinados e coibir as violências contra mulheres. Estas iniciativas têm sido catalogadas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que elabora o relatório de [Práticas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres](#). O objetivo é reconhecer e difundir iniciativas inovadoras e bem-sucedidas adotadas em diferentes estados. É o caso da Campanha de Combate à Importunação Sexual no Transporte Coletivo de Belo Horizonte. Em Belém, destaca-se a criação da Divisão Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM).

No Distrito Federal, foi criado o programa de Intervenção Policial em Ocorrências de Violência Doméstica. O Inpovid é de iniciativa da PMDF, em cooperação com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). No Ceará foi criado Grupo de Apoio às Vítimas de Violência pela PMCE. A iniciativa visa o acompanhamento sistemático de mulheres em situação de violência, através de visitas periódicas e da articulação com outros serviços. Há várias outras boas iniciativas.

Ainda há um longo caminho para que as mulheres alcancem a igualdade de direitos. A luta contra a violência é difícil, mas não assusta os movimentos feministas e os coletivos de mulheres, que são os principais responsáveis pelos avanços alcançados até aqui.

<https://www.fontesegura.org.br/editorial/pz32ngon6q>

